

ENTREVISTA

A construção de uma epistemologia afrocentrada e as contribuições aos estudos em jornalismo: o percurso de Dione Oliveira Moura, jornalista negra relatora de projeto pioneiro de ações afirmativas da UnB

Paula Melani Rocha¹

Karina Janz Woitowicz²

Resumo

Uma carreira de pesquisadora, professora e atuante junto às demandas sociais, étnico-raciais e científicas ao longo de mais de três décadas. Dione Oliveira Moura, docente na Universidade de Brasília desde 1995, tem atuação reconhecida no ensino, na pesquisa e na extensão em Jornalismo, além de colaborar com entidades científicas do país. Em seu pioneirismo, destaca-se a participação como relatora da comissão que instituiu o sistema de cotas da UnB em 2003. A pesquisadora constrói sua trajetória na proposição de centralizar no campo científico os estudos periféricos à lógica *mainstream*, colocando a perspectiva de interseccionalidades nas interlocuções dos estudos em Jornalismo. Em entrevista, Dione Moura expõe as inquietações que orientaram a sua trajetória e defende o desafio da pesquisa comprometida com o enfrentamento de múltiplas opressões.

Palavras-chave: Jornalismo. Interseccionalidades. Trajetória profissional.

The construction of an afrocentered epistemology and contributions to journalism studies: the journey of Dione Oliveira Moura, black journalist reporting on a pioneering affirmative action project at UnB

Abstract

A career as a researcher, teacher and active in social, ethnic-racial and scientific demands over more than three decades. Dione Oliveira Moura, a professor at the University of Brasília since 1995, has a recognized role in teaching, research and extension work in Journalism, in addition to collaborating with scientific entities in the country. In her pioneering spirit, her participation as rapporteur for the commission that established the UnB quota system in 2003 stands out. The researcher builds her trajectory on the proposition of centralizing studies

¹ Pós-doutora pela Universidade Fernando Pessoa (PT). Professora no Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Jornalismo da UEPG e do curso de graduação da mesma instituição. Coordena o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Professora Produtividade CNPq2. E-mail: pmrocha@uepg.br.

² Pós-doutora pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal/Equador). Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. E-mail: karinajw@uepg.br.

peripheral to the mainstream logic in the scientific field, placing the perspective of intersectionalities in dialogues. of studies in Journalism. In an interview, Dione Moura explains the concerns that guided her trajectory and defends the challenge of research committed to confronting multiple oppressions.

Keywords: Journalism. Intersectionalities. Professional trajectory.

Apresentação

O percurso profissional de Dione Moura Oliveira revela o constante repensar sobre os desafios do campo jornalístico e a necessidade de articular marcadores de raça/etnia, gênero, classe, entre outros, na análise dos fenômenos sociais. Formada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), é mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990), onde desenvolveu a primeira pesquisa sobre filmes de cineastas negros brasileiros, e doutora em Ciências da Informação pela mesma instituição.

Sua trajetória na docência inicia em 1995 na Universidade de Brasília, onde se dedica ao ensino na graduação e na pós-graduação, a projetos de pesquisa e extensão, bem como atividades administrativas e de gestão. Um destaque de seu percurso na instituição situa-se há 20 anos, em 2003, quando atuou como relatora da proposta de implementação do sistema de cotas para estudantes negros e indígenas, que se formou pioneira entre as universidades brasileiras (Moura, 2023). Pode-se dizer que a luta em defesa de políticas afirmativas é uma importante marca de sua trajetória, que se reflete em perspectivas de pesquisa e ações no meio acadêmico.

A pesquisadora ancora seus estudos em três eixos articulados: identidade e memória, identidade étnico-racial e memória, identidade ética racial e perfil profissional e ancestralidade. Como mulher negra, jornalista e pesquisadora, observa as barreiras sócio-históricas estruturantes na vida das mulheres negras e indígenas da sociedade e dos grupos que integram as mulheres jornalistas. Desenvolve a construção teórico-metodológica do conceito “triplo telhado de vidro”, uma referência para as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo e Gênero da UEPG.



Professora Titular Dione Moura durante mesa de homenagem à primeira Diretoria da SBPJor no evento de 2023, em Brasília

Crédito: Ana Paula Goulart

A professora também registra importantes contribuições junto a entidades científicas no país. Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), foi sócia fundadora e atuou na direção em duas gestões, entre elas como presidenta (2011-2013). Também participou como diretora da Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom) e é atualmente diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej).

Nesta entrevista, Dione Oliveira Moura oferece um diálogo sobre as potencialidades de uma perspectiva afrocentrada para o jornalismo, ao mesmo tempo em que relata iniciativas e trabalhos que inspiram novas reflexões.

Agradecemos a generosidade da professora em compartilhar a forma exemplar como constrói seu trabalho alinhando pesquisa, extensão, ensino, profissionais jornalistas e diálogos com as entidades representativas da categoria.

Nessas três décadas de atuação como pesquisadora e professora em Jornalismo, você participou da formação de entidades, de redes de pesquisa e grupos de trabalho no incentivo ao desenvolvimento dos estudos sobre o Jornalismo e suas práticas. Como avalia os avanços e desafios das pesquisas para o campo?

Vamos ter alguns avanços em relação à pesquisa de jornalismo nessas três décadas. O primeiro avanço é que a pesquisa de jornalismo passou a utilizar de forma mais contínua os dados do Perfil do jornalista Brasileiro. O próprio mapa foi um grande avanço. Quero saudar a organização liderada pelo professor Jacques Mick e a SBPJor, na época, por ser uma incentivadora da pesquisa ao lado da Fenaj. Isso foi quando eu estava na presidência da SBPJor. Então, atribuo o mérito pioneiro da pesquisa também à própria SBPJor, na nossa direção, e à liderança do professor Jacques Mick idealizando a pesquisa.

Esse mapeamento foi um grande avanço. Como modelo de uma pesquisa mais robusta, mais ampla, isso incentivou que a identidade profissional do jornalista brasileiro viesse a ser mais conhecida, melhor identificada.

Agora, nesse mesmo tópico, nós temos desafios. Por exemplo, se você entra hoje em uma base de registro de jornalistas profissionais na França, você, como pesquisadora ou pesquisador consegue acessar os dados e pedir cruzamento de dados. Você consegue isso rapidamente com garantia de resultados porque você tem um registro profissional atualizado e completo.

No Brasil não temos uma base permanente, por exemplo, no Ministério do Trabalho, ou nas DRTs, ou Agências Regionais do Trabalho, que a gente possa ingressar. Isso é um limite grande para as pesquisas, para nós pesquisadores levantarmos dados e fazermos cruzamento de dados em uma base segura onde é feito o registro profissional. Isso não nos permite ainda perceber o impacto mais evidenciado sobre a questão do diploma e o registro profissional e do sistema de cotas e o registro profissional.

Outro desafio é que nós não temos editais de fomento especificamente voltados para as questões de pesquisa no jornalismo. E elas são múltiplas, são grandiosas, são relevantes, então temos que caminhar um pouco mais ainda para que o campo de estudo e pesquisa do jornalismo seja visto como uma área de interesse direta das agências de fomento.

Voltando a pensar nos avanços, a própria institucionalização da pesquisa no jornalismo com a liderança da SBPJor, na formação e fomento de redes e as parcerias entre a SBPJor, a Fenaj e a Abej, anteriormente designada FNPJ, dirigem e direcionam a

institucionalização do campo de estudo de Jornalismo no Brasil, nas últimas décadas. Isso também foi um grande avanço porque permite que essas entidades dialoguem em torno de pautas e propostas comuns, que elas interajam em termos de identificação de demandas e temas para a pesquisa.

Por exemplo, as demandas e propostas da Fenaj em relação à profissão, ao perfil profissional, ao combate das violências sofridas por jornalistas e os espectros de violência. Essa proximidade das entidades permite que os temas levantados no campo profissional identificados pela Fenaj também subsidiem pesquisas da SBPJor e reflexões e pesquisas para voltá-las mais para o ensino de jornalismo, no caso da Abej. Então, acredito que essa aproximação das três entidades foi um grande avanço das últimas décadas.

Na sua opinião, ainda há temas de pesquisa, objetos e/ou fenômenos sociais que enfrentam barreiras na academia e na nossa área? Quais e por quê?

Sim, em todo o campo de pesquisa há temas às vezes não examinados, que não são tomados como pauta principal nas pesquisas. Às vezes, recebem a atenção de grupos, de redes de pesquisa, mas não têm visibilidade enquanto status de pesquisa e, às vezes, há temas de pesquisa que sofrem resistência em serem adotados.

E vou citar um tema, o principal que eu trabalho, que é o tema das jornalistas negras. O perfil profissional das jornalistas negras eu sinto que é um tema que mereceria mais tempo e atenção. Não é somente o argumento que temos que falar sobre jornalistas negras, não é só isso. Temos que compreender que há particularidades históricas que devemos levar em conta ao estudarmos alguns segmentos profissionais, por exemplo, discriminados. Porque é o caso das jornalistas negras, que passam por discriminações, assédios, barreiras horizontais, barreiras verticais no processo de formação profissional, no processo do exercício profissional e no processo social, que antecede inclusive a vida universitária.

Desde sua história familiar, desde o ventre da sua mãe, essa jornalista já encontrava uma barreira. Ela não era uma criança bem quista, bem vinda, bem desejada pela sociedade brasileira. “Olha, mais uma criança negra”.

Então temos que entender que os campos de pesquisa precisam deixar de negligenciar temas por falta de instrumentos de análise. Nós temos que buscar a parceria com os campos de conhecimento irmãos do jornalismo, próximos do jornalismo, alinhavados, interdisciplinares com o jornalismo. Vamos falar da história, da sociologia, da antropologia, de campos que nos ajudem a perceber os fenômenos.

Por exemplo, sempre que necessitem de uma análise complementar, de uma ponderação, de uma contextualização sócio-histórica, de uma contextualização sociológica, nós temos que buscar, porque não podemos, por exemplo, equalizar os resultados sobre perfil profissional dos jornalistas no Brasil tratando todos como os jornalistas. Porque existem as jornalistas e, dentre as jornalistas, existem as jornalistas negras, existem as jornalistas indígenas. Eu vou falar desses dois segmentos que são muito negligenciados nos estudos, que essas jornalistas negras e indígenas têm vivências sócio-históricas que são muito próprias e precisam ser percebidas com uma lente mais ponderada, para que nós consigamos compreender melhor que dentre estes grupos há especificidades — e conhecer essas especificidades é conhecer melhor o nosso tema de pesquisa. Resistimos muito em fazer esses movimentos, mas os fenômenos sociais se conformam, eles se reorganizam e dizem: “estamos aqui, queremos ser vistas e ouvidas”. E esse fenômeno social se apresenta como um problema de pesquisa. Ele se apresenta como algo que provoca a necessidade de uma reflexão, provoca a construção de uma epistemologia capaz de compreender o fenômeno social específico, por exemplo, o perfil das jornalistas negras e indígenas no Brasil.

É importante colocar também que, por causa dessas resistências, muitas pesquisadoras e pesquisadores buscam inovar nas suas temáticas, quebrar essas estagnações epistemológicas, e dizer: “olha, há algo que tem que ser observado”. Ou algo novo que tem que ser observado, ou algum fenômeno que já é conhecido, mas precisa ser olhado desde um ponto de vista novo.

Novo não por novo ser um princípio positivo em si, mas novo no sentido de que se os instrumentos que eu estou utilizando para observar, se os conceitos que eu estou utilizando para observar, se a metodologia e tipo de recortes que eu tenho utilizado para observar um fenômeno não são suficientes para melhor descrição e compensação desse fenômeno, eu tenho que buscar novos olhares, novos aportes, novos instrumentos para melhor conhecer esse fenômeno.

Isso é algo que eu tenho visto e considero o que é importante fazer em relação aos estudos sobre mulheres jornalistas no Brasil. Temos que buscar mais instrumentos, metodologias, amparo teórico conceitual para melhor compreender as nuances e de que forma fenômenos ainda não visualizados pela pesquisa interferem na prática e no exercício profissional das mulheres jornalistas.

Por exemplo, o fenômeno da discriminação, o fenômeno do assédio, o fenômeno da violência contra mulheres jornalistas que é diferente e mais acentuado do que o fenômeno da discriminação, da violência contra homens jornalistas. E se pensarmos as mulheres jornalistas, há uma diferença desses fenômenos de discriminação e violência e assédio na prática profissional entre mulheres jornalistas negras e indígenas e mulheres jornalistas não negras e não indígenas.

O grupo de mulheres negras e indígenas sofre mais violência e mais assédio. E eu preciso de novos instrumentos, nesse sentido de serem diferenciados, especiais, inovadores, para compreender esses fenômenos.

E muitas vezes, essa inovação, esse novo olhar, vem por meio de projetos de pesquisa, de redes de pesquisa, de grupos de pesquisa, de pesquisadores e pesquisadoras que se reúnem para formar uma rede de pesquisa nacional ou internacional em torno de uma temática. Por exemplo, a temática de gênero e comunicação, a temática de identidades étnico-raciais no jornalismo, a temática de diversidade de gênero na Comunicação e no Jornalismo.

E aí [na UEPG] tem, por exemplo, o Colóquio Mulheres e Sociedade que a UEPG sempre tem promovido, e a gente acompanha como um espaço para propor um recorte específico, um recorte chamando a atenção para um fenômeno da Comunicação, que a gente percebe que o *mainstream* não reconhece como um tema relevante.

Eu, como comissão organizadora, proponho a permanência e regularidade de um Colóquio que está dizendo: “olha, eu quero ver a existência dessa mulher inserida dentro de um fenômeno, dentro de historicidade, dentro de fenômeno social, dentro de contexto sócio-histórico, com seus desafios, com as suas particularidades e com a sua inserção social”.

Então, esses movimentos coletivos — eventos seriados, grupos e redes de pesquisa — têm uma função também de trazer esse novo que é demandado. Esse novo olhar, esse novo enquanto encontro científico, esse novo enquanto abordagem teórico-conceitual, esse novo enquanto abordagem metodológica, esse novo enquanto instrumentos interpretativos para observar os fenômenos. Por exemplo, a inserção da mulher na sociedade, o fenômeno das jornalistas e suas performances e identidades étnico-raciais e de gênero. Esse novo enquanto a necessidade de dizer que eu não posso continuar percebendo os fenômenos sociais sem observar as identidades étnico-raciais e de gênero, então temos que saber que há resistências do *mainstream* epistemológico em abordar e dar a atenção devida a alguns

temas considerados periféricos, mas há nucleações na periferia que transformam e trazem novas centralidades. Por exemplo, a importância de estudarmos no jornalismo os perfis profissionais sem pensar que estamos falando só dos jornalistas, mas estamos falando dos jornalistas e das jornalistas. E, entre as jornalistas, temos que falar das suas várias segmentações de gênero e identidade étnico-racial. Temos que olhar essas jornalistas inseridas em um contexto sócio-histórico. E, portanto, não podemos acomodar em “os jornalistas”. Parece um detalhe, mas não é. E a resistência em diversificar o olhar parece um detalhe, mas também não é. Muitas vezes, a resistência está mergulhada em comportamentos misóginos, comportamentos sexistas, comportamentos até mesmo racistas que contaminam, por vezes, o olhar de um ou de uma pesquisadora. Contamina a tal ponto que não consegue ver qual é a relevância. “Por que eu tenho que fazer esse recorte? Se eu estou falando dos jornalistas, por que eu preciso ver também as jornalistas com tais e tais identidades étnico-raciais, por que eu tenho que ver também as jornalistas e os jornalistas que ingressaram por meio de ações afirmativas, por que eu tenho que ver esse recorte tão detalhado?” Muitas vezes, os e as pesquisadoras reiteram nos grupos de pesquisa, mas há aqueles grupos que nucleiam, e eu estou nesses grupos que nucleiam na periferia do *mainstream*, que nucleiam a importância dessas temáticas e acabam construindo novas centralidades.



Encerramento do Colóquio Internacional Comunicação e Gênero, FAC-UnB, novembro de 2023. Foto registra o trio de organizadoras do evento: Liliâne Machado, Dione Moura e Kátia Belisário

Crédito: Arquivo Colóquio Internacional Comunicação e Gênero 2023

Nesse sentido, também na última edição da SBPJor, em Brasília, pela primeira vez na história da entidade tivemos uma coordenada específica de estudos de Jornalismo, gênero, sexualidades e identidades étnico-raciais, na qual você também foi uma das proponentes. Na ocasião criou-se a Rede Antonietas de Pesquisa em Jornalismo, Gênero e Interseccionalidades. Na sua opinião, o que essa conquista representa?

A Rede Antonietas é um exemplo importante e recente dessa articulação por novas práticas epistêmicas que precisamos fazer e que fazemos, que são estratégias para criar e dar visibilidade a novas epistemes. Essa rede — que vocês duas, Paula e Karina — estão entre as articuladoras e fundadoras, é uma rede que a criação dela foi capitaneada pela professora Cláudia Lago, da USP, a querida amiga, pesquisadora de referência. E, finalmente, a rede Antonietas foi criada e fundada em 10 de novembro de 2023, na sede da Faculdade de Comunicação da UnB, da FAC UnB, durante o vigésimo primeiro encontro da SBPJor, que na verdade, foi o evento de celebração dos 20 anos da entidade.

Então é mais uma estratégia de criação de novas epistemes, é importante para vencer as barreiras da resistência do *mainstream* científico que não queira olhar para essa relação jornalismo, gênero e interseccionalidades. É nosso direito como pesquisadoras e como pesquisadores propormos espaços, metodologias e abordagens que deem conta dos fenômenos comunicacionais com toda a complexidade que lhes é inerente. Essa complexidade é sócio-histórica. Essa complexidade tem uma historicidade. Essa complexidade é também muitas vezes interseccional, interseccionalizada por vários indicativos, indicadores e variáveis.

E aí a Rede Antonietas é mais uma dessas proposições, dessas possibilidades de quebrarmos as resistências de temas que são negligenciados, de temas que não são incorporados, de temas que não estão no *mainstream*. Bem, a gente nucleia na periferia do *mainstream* e ali ele vira a nova centralidade. E a Rede Antonietas é um desses exemplos também, onde você propõe novas centralidades, ou seja, o grupo diz, a equipe diz, o coletivo diz, nós dizemos: “Não iremos pesquisar só o jornalismo por si. O jornalismo como fenômeno autônomo e a-histórico. Autônomo e não interseccional. Vamos estudar o jornalismo como um fenômeno genderizado. Um fenômeno social que é genderizado. Um fenômeno social que é perpassado por interseccionalidades”. Quando eu falo o jornalismo, quando propomos pensar o jornalismo, estamos falando do jornalismo enquanto práxis, enquanto campo de pesquisa, enquanto um fenômeno sócio-histórico que gera também uma prática profissional, que gera perfis profissionais e que gera produtos oriundos da

prática profissional. E a Rede Antonietas, como um dos exemplos desse modo de criar novas epistemes, propõe então que o jornalismo seja pensado articulando jornalismo, gênero e interseccionalidades.

Existem sim barreiras e resistências a alguns temas. Eu citei aqui alguns, especialmente no campo do perfil profissional do jornalismo, como jornalista negra, jornalista indígena, jornalista e identidades de gênero, as jornalistas e os jornalistas e as interseccionalidades que perpassam a profissão. Existem barreiras para incorporar esses temas e existem formas de dissolver essas barreiras que é nucleando centros de estudos, redes de pesquisas para que esses temas ganhem centralidades, fazendo sempre, obviamente, nos mesmos princípios de toda e qualquer pesquisa científica. Princípio da pesquisa executada de um modo correto, seguindo método científico, seguindo os preceitos do bom exercício de execução de uma pesquisa científica. E enfatizando a perspectiva de que a boa pesquisa científica não pode se furtar de perceber a inserção sócio-histórica e também quando for o caso, também a inserção interseccional dos fenômenos que estão sendo estudados. A barreira muitas vezes é: “Nossa, eu tenho que pensar todos os fenômenos do ponto de vista sócio-histórico?”; “Nossa, eu tenho que perceber que existe interseccionalidades?”. Sim, temos, sim. É nosso dever como cientistas.

153

Desde a pesquisa de mestrado, você introduziu os estudos de raça na Comunicação. No Jornalismo, posteriormente, você conceituou o teto interseccional de raça, gênero e classe na profissão. E trouxe a discussão de que, além de tetos, há portas de vidro interseccionais na pirâmide profissional. Poderia contar como foi o seu processo de imersão reflexivo e crítico nesses estudos ao longo de sua trajetória?

Sim, no mestrado eu já trouxe essa perspectiva da necessidade de fazermos um recorte de identidade racial no estudo de comunicação. Naquela ocasião, o meu mestrado foi sobre filmes de cineastas negros brasileiros, orientada pelo professor José Luiz Warren Jardim Braga e com a orientação da professora Maria de Lourdes Teodoro, aqui na UnB, nos anos 1990. Então, desde ali eu ingressei em alguns recortes, em uma perspectiva epistemológica que eu prossegui, avancei e aprofundei posteriormente. Incluí o estudo sobre identidade, porque a minha dissertação era sobre memória na construção da identidade de cineastas negros brasileiros. Então, tem a memória e a construção da identidade como um tema de interesse. A perspectiva é o estudo étnico-racial por meio dos cineastas negros e os estudos sobre memória enquanto componente para compreender as

identidades no campo da comunicação. Essa articulação — identidade étnico-racial e construção de identidade e a memória na construção da identidade — é a perspectiva que, naquela ocasião, trabalhei com cinema, cinema negro, mas esses elementos permanecem e vêm avançando depois. Essa articulação sempre ocorre em torno da identidade étnica racial. Aí vamos nos tornando jornalistas negros, jornalistas indígenas, comunicadores, comunicadoras quilombolas, procurando compreender essas identidades profissionais que passam pela subjetivação também.

A identidade profissional é uma parte de uma identidade maior desse sujeito, dessa personalidade, dessa pessoa que é o profissional. Uma das identidades que esse profissional tem é a identidade profissional, mas ela é composta pela sua identidade também de gênero, identidade étnico-racial e, no caso da identidade étnico-racial sempre passa pela compreensão da memória do povo negro, ou do povo indígena. A compreensão dessas ancestralidades, de como elas se colocam e de que forma elas até ancoram esse profissional e essa profissional jornalista para o exercício profissional e, ao mesmo tempo, socialmente, isso pode ser visto como uma barreira.

“Nossa, você se parece muito uma pessoa negra, isso pode não ser bom para um vídeo, pode não ser bom para mostrar a nossa empresa de comunicação”. E, aí, nesse sentido, torna-se uma barreira. Mas em outro sentido pode ser: “Precisamos trazer diversidade étnico-racial para nossa empresa de comunicação, então venha, venha compor o nosso quadro”. Isso já é um fenômeno mais recente. Um fenômeno mais anterior e ainda presente é: “Olha, você não dá muito para vídeo, você não dá muito para TV, não dá muito para ir em uma coletiva. Vamos colocar essa jornalista negra ou negro mais para os bastidores”. No tempo do jornal clássico, esses jornalistas negros iam para revisão, para a diagramação, para as oficinas e para o fundo da redação.

“Para TV de forma alguma, talvez não fique bem, talvez não seja a cara do nosso público, talvez não agrade”. Isso tudo é preconceito. Isso tudo é racismo, é tudo um posicionamento racista internalizado nas empresas de comunicação. Enfim, nesse percurso de pesquisa, eu vou percebendo, avançando na compreensão dessa tríade — identidade e memória, identidade étnico-racial e memória, identidade étnico-racial e perfil profissional, ancestralidade.

O que essa jornalista negra possui de memória ancestral, de memórias que estão mergulhadas no consciente coletivo, de memórias que estão ligadas à questão sócio-histórica do povo negro, do povo indígena brasileiro, e que precisam da atenção da

pesquisa, das pesquisadoras, como eu, e dos grupos de pesquisa que assim coordenam e promovem? Então eu venho abrindo linhas de pesquisa dentro dos editais de seleção de pós-graduação para atrair pessoas, trazer pesquisadoras e pesquisadores para estudar o perfil profissional e a identidade étnico-racial de jornalistas negras e indígenas e de comunicadoras também em outros segmentos da comunicação, como cineastas, radialistas, jornalistas de rádio, para a gente compreender melhor esse fenômeno.

Eu venho fazendo esse percurso de pesquisa. Percurso no qual, ao estudar e afunilar os estudos em torno das comunicadoras, mulheres, jornalistas, publicitárias e cineastas, tenho percebido a necessidade de fazer um recorte específico, construir até mesmo a epistemologia de observação dessas comunicadoras negras e indígenas, que as vejam como negras e indígenas.

Significa vê-las na sua sócio-historicidade. Vê-las inseridas em uma rede de interrelações sócio-históricas. E nessas interrelações sócio-históricas, nós chegamos na necessidade de trazer a interseccionalidade para compreender esses perfis profissionais. E também para compreender os conceitos clássicos de barreiras profissionais nos estudos de sociologia do jornalismo, para compreender os perfis profissionais das mulheres. E pensar que, entre as mulheres jornalistas, alguns segmentos precisam de maior atenção porque passam por um maior fenômeno de interseccionalidade.

E chega o momento que eu percebo, por meio dos meus projetos de pesquisa, especialmente o projeto de pesquisa perfil e carreira das jornalistas negras brasileiras, é que nós estamos importando conceito de *glass ceiling*, o conceito de *telhado de vidro* que é um conceito importante nos estudos sociológicos da profissão, e nós o trazemos para o Brasil. Mas eu venho fazendo essa proposição conceitual, essa construção conceitual. É um conceito, portanto, em construção nas minhas pesquisas, de que o telhado de vidro das jornalistas negras e indígenas é um telhado de vidro que tem mais camadas do que o telhado de vidro das mulheres jornalistas não negras ou não indígenas. E esse maior número de camadas são camadas interseccionais.

Portanto, eu trago a perspectiva da interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, que se aplica na horizontalidade. É um conceito aplicado na horizontalidade. Essa interseccionalidade, ali na metáfora que a Crenshaw, põe a mulher em uma situação de vias, de estradas que se cruzam e que interseccionam. A experiência dessa mulher nesse cruzamento de estradas varia, conforme ela está em situação de gênero como mulher; se ela está em situação étnico-racial como uma mulher negra; e se ela tem uma origem de

classe econômica específica. Nesse último caso, aí teria uma intersecção de classe também. O conceito é horizontal, e na horizontalidade que ela propôs essa metáfora, eu digo existem as barreiras horizontais também na carreira das jornalistas negras e indígenas. E essas barreiras já estarão interseccionadas em decorrência sociológica, elas estarão interseccionadas pelo seu lugar sócio-histórico de identidade racial, de gênero e de classe.

Mas se a gente olhar o telhado de vidro, que são as barreiras horizontais, esse telhado de vidro também não estaria interseccionado? Tem aqui uma jornalista branca, tem aqui uma jornalista negra, tem aqui ao lado uma jornalista indígena. E o que nós dizemos, classicamente, é que existe um *glass ceiling*, existe um telhado de vidro para as mulheres no campo profissional e para as mulheres em vários campos profissionais e, também, no campo do jornalismo e ponto final.

Você pode ilustrar com alguns estudos sobre essa abordagem que você tem nomeado como o “triplo telhado de vidro” e outras barreiras na carreira das jornalistas negras brasileiras?

Sim. Um deles é o artigo *Mulheres Jornalistas e o Teto de Vidro de Gênero, raça e Classe a tensionar a Carreira das Jornalistas Negras Brasileiras*. Este trabalho eu fiz com a Hallana Costa, dentro do Programa de Iniciação Científica da UnB. Esse subprojeto de Pibic [Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica] integra o meu projeto no CNPq. E lá nós descrevemos as etapas de pesquisa do projeto que eu coordeno sobre jornalistas negras brasileiras na Comissão de Igualdade Racial, as Cojiras. Entrevistamos jornalistas membras das Cojiras, estudamos os portais das cojiras, nas Comissões de Jornalistas pela Igualdade Racial. Fazemos um histórico de como a questão da igualdade racial tem surgido no movimento sindical dos jornalistas brasileiros.

E aí, por exemplo, venho trazer aqui o depoimento de uma jornalista entrevistada, Verônica Soares, que perguntamos como que a interseccionalidade surge na prática profissional dela e ela coloca assim: “Meu maior desafio, como mulher negra, é a questão da credibilidade com a chefia, dos seus superiores, entende? Porque, normalmente, pelos locais que eu já trabalhei sempre teve que ter um homem para respaldar um trabalho que eu já sei fazer. Eu trabalhei na assessoria de imprensa em que eu era responsável por tudo e, de uma hora para outra, veio um outro jornalista homem que virou chefe sabendo fazer a mesma coisa que eu, sendo que fiquei dois anos sozinha fazendo tudo. De uma hora para outra, eu não sabia fazer mais nada... E é isso, sabe? Eu acho que o maior desafio é vencer

o machismo mesmo, porque infelizmente, todos os locais que já trabalhei, os nossos próprios chefes não dão tal credibilidade, simplesmente eu acho que é por eu ser negra e ser mulher.” É o depoimento de Verônica Soares, dentre outros depoimentos que nós temos coletado na pesquisa.

Nesse mesmo artigo que está no livro da Intercom, nós ouvimos a entrevistada Leonor Costa e perguntamos para ela sobre o coletivo de mulheres negras do Sindicato de Jornalistas Profissionais do DF. Ela responde: “Ainda estamos nos organizando enquanto coletivo de mulheres, precisamos torná-lo mais orgânico e colocá-lo na agenda dos movimentos importantes do DF. Mas a nossa atuação no 8 de março teve um papel importante, pois mobilizamos muitas jornalistas para a grande marcha unificada e também levamos a contribuição como categoria para as discussões que comungaram no ato. A nossa atividade específica que marcou o mês de luta das mulheres teve o recorte racial e foi realizada em parceria com a Cojira. No momento temos participado também de atividades na Frente de Mulheres de Esquerda e do Fórum de Mulheres do DF, onde também há várias organizações negras, mulheres negras pautadas pelo enfrentamento ao racismo. Precisamos treinar mais laços”.

Então, essa série de entrevistas, que apresentamos nesse capítulo do livro da Intercom, vem somando e mostrando como a jornalista negra brasileira muitas vezes atua consciente dessa interseccionalidade, envolvendo movimento sindical, envolvendo a perspectiva de gênero, envolvendo a perspectiva étnico-racial, envolvendo a perspectiva de redução das desigualdades, portanto, a perspectiva que pensa na classe, como fenômeno social, de classe econômica, como fenômeno social a ser transformado. Então, pelo menos no caso das jornalistas mulheres brasileiras, podemos concluir que, eu digo isso lá no capítulo: “ao aplicarmos a clássica metáfora do teto de vidro como barreira de mulheres nas empresas, temos indicativos em nossos estudos de que há um teto de vidro com características próprias para as jornalistas negras, ou seja, elas são mais interdidas pelo teto de vidro (menor salário, menos posições de chefia e menos presença em situações de visibilidade no jornalismo, exemplo de repórteres de TV e âncoras de telejornais) do que as jornalistas brancas. E de que isso dá-se dentre outros fatores pela ação deste que eu tenho designado nos meus estudos, “telhado de vidro com três dimensões, raça, gênero e classe”. Em nossa reflexão, com base no processo metodológico descrito acima, concluímos que as mulheres jornalistas brasileiras enfrentam, minimamente, três tetos de vidro. Um teto de vidro de camada única ou dupla — gênero e classe, o qual deve ter as

mulheres jornalistas brancas no processo de ascensão de carreira, visibilidade, status profissional, e um outro teto de vidro — gênero, raça e classe, que delimita e tensiona a carreira de jornalistas negras brasileiras no processo de ascensão na carreira, visibilidade, status profissional”.

Então, aqui nesse estudo, nesse capítulo no livro da Intercom, do GP Estudos de Jornalismo, eu começo a indicar que há uma diferença entre o teto de vidro das mulheres jornalistas brancas ou não negras e jornalistas negras. As jornalistas negras, no mínimo, terão uma tripla camada de teto de vidro — gênero, raça e classe. E as mulheres jornalistas não negras ou brancas podem ter uma camada a menos — gênero ou classe. E começo a ver aqui essa presença da interseccionalidade. Esse capítulo está disponível na web, ele está no livro *Desigualdades e relações de gênero e estudos em Jornalismo*, publicado pela Intercom.

Bem, posteriormente, no livro *Gênero em Pauta*, que organizei com a professora Kátia Belisário e a professora Liziane Guazina, ambas da FAC-UnB, eu avanço mais na construção desse conceito e coloco as jornalistas negras como já está no título do capítulo que é *Excluídas dentre as excluídas*. Porque sim, nós temos uma exclusão das jornalistas em termos de visibilidade, carreira, salário, das jornalistas em relação aos jornalistas homens, das jornalistas mulheres em relação aos jornalistas homens. Mas ali nesse estudo digo que dentre as jornalistas já excluídas, há um grupo mais excluído, que é das jornalistas negras, quando comparadas com as brancas. E se trouxermos aí as indígenas, também teremos ainda um outro grupo, que é um estudo que estou colocando agora para os futuros estudos, trazer um perfil também mais aproximado, pesquisas aplicadas, empíricas em relação às jornalistas indígenas. Mas nesse artigo especificamente estou falando de jornalistas negras, excluídas dentre as excluídas em relação às jornalistas brancas. E avanço então na construção desse conceito de que esse telhado de vidro é um telhado de vidro interseccionado. Ele é um telhado de vidro interseccional de gênero, raça e classe, e ele pode ser um telhado de vidro, inclusive, que tenha outras camadas que não apenas gênero raça e classe quando falam de jornalistas negras.

Que camadas serão essas? São as camadas que vão pegar um modelo, um exemplo de jornalistas que eu tenho entrevistado. Uma jornalista que seja de origem de família de classe econômica de menor renda, portanto, ela tem um marcador interseccional de classe.

Ela é mulher, marcador de gênero, e ela é negra, marcador identitário étnico-racial. Ok, se ela se manifesta assim, se nas suas pautas, ela fala: “Vamos trazer a questão da igualdade racial, vamos fazer uma abordagem em relação aos problemas econômicos, vamos pensar na questão da mulher”, ela se manifesta como um ser consciente da sua interseccionalidade, um sujeito social consciente da sua interseccionalidade, e este telhado tende a se reforçar.

Se ela ainda, a depender do veículo que ela está, naturalmente, falar: “vamos fazer uma abordagem jornalística mais crítica, em relação a temas que todos estão normalizando, vamos fazer uma leitura crítica de uma certa situação de governo, uma certa abordagem de temática ambiental, vamos ver os fatores envolvidos...”. Ela cutuca um pouco mais, ela provoca um pouco mais uma leitura crítica, pode surgir um novo telhado de vidro para essa jornalista que é o telhado de vidro ideológico. Um telhado de vidro que resiste a um posicionamento crítico. Se uma jornalista não apenas reproduz, mas contextualiza e problematiza as suas pautas, aí pode surgir um novo telhado. Mas eu avanço no raciocínio e digo que não é apenas contra essa jornalista que a interseccionalidade surge. Ela pode surgir e a jornalista pode fazer e tem feito, por exemplo, as pesquisas que fizemos também junto a um grupo de Pibic dentro do meu projeto geral de pesquisa integrado do CNPq que é sobre o lugar da jornalista negra utilizando plataformas como o Instagram, para ser uma plataforma na qual ela pode inclusive manifestar-se na sua interseccionalidade. Agora tem uma mestranda, a Vanessa Rosana, trabalhando na perspectiva do lugar das jornalistas negras no Instagram, derivando desse grande projeto integrado sobre jornalistas negras. Recuperando o raciocínio: a interseccionalidade surge neste telhado de vidro como barreiras, as clássicas de gênero, raça e classe. Mas pode surgir uma outra intersexualidade, que é a ideológica, contrária a um posicionamento crítico. Esses mesmos fatores — raça, gênero e classe e pensamento crítico — podem ser articulados por essa jornalista para criar o seu espaço de fala. E aí surgem os coletivos, os blogues, até mesmo editoriais em jornais tradicionais, em veículos tradicionais, em portais tradicionais, que se abrem pela necessidade do público consumidor que quer uma informação crítica, quer uma abordagem interseccional. E aí essa jornalista consegue um espaço de voz, porque tem um grupo que quer consumir uma informação que tenha o caráter interseccional, positivamente falando. Os estudos que venho realizando demonstram que a interseccionalidade manifesta-se enquanto barreira, porque o outro lado, o editor, o chefe, o gerente da empresa de comunicação não aceitam esse posicionamento da jornalista e a oprime e a

exclui de alguma forma, ou de múltiplas formas, incluindo o assédio moral e sexual, que são formas de exclusão. “Não se aproxime, se você se aproximar muito, você será vítima de assédio, eu irei assediar você, jornalista negra”. Então é uma forma de exclusão também, além de serem crimes os assédios. Mas as jornalistas negras têm construído um espaço de articulação onde a própria interseccionalidade que serviu de fator de discriminação e telhado de vidro, ou seja, de barreira horizontal ou de barreira vertical, se reorganiza enquanto coletivo, enquanto posicionamento, enquanto voz e usa esses elementos da interseccionalidade para dizer: “Sim, eu sou mulher jornalista, tenho interseccionalidade de gênero, eu sou negra, ou sou indígena, tenho uma interseccionalidade de identidade étnico-racial e eu tenho sim uma origem de classe econômica de menor renda familiar e tenho, sim, um posicionamento crítico em relação às abordagens e temáticas sociais. Mas é deste lugar da interseccionalidade que eu me manifesto por meio da minha conta do Instagram, do meu blog, do meu coletivo, da minha empresa... Eu faço empreendimento no qual essas interseccionalidades se façam presentes e se façam inclusive como alavancas e não como telhados”. Assim, fazem da interseccionalidade um modo de crescer e tornar-se visível. Vão se juntar a grupos de jovens de mulheres negras, seja no ensino médio, seja no ensino superior, de coletivos, de grupos de periferia urbana, os periferizados — tornado periferia urbana. Grupos que essas jornalistas vão trazer a interseccionalidade e a consciência da interseccionalidade. Aí está a diferença porque quando a interseccionalidade manifesta-se como telhado de vidro, ela não é vista porque é um telhado transparente, só sabe quem bate a cabeça nele, sente a dor, mas os outros não veem. Agora quando essa jornalista se manifesta por consciência, como um mecanismo de consciência histórica, ela diz: “Sim, sou mulher; sim, sou mulher negra; sim, tenho uma história familiar individual ou de grupo, porque somos um grupo de mulheres negras, um coletivo sócio-histórico de passado escravizado, de passado de exclusão. Então eu tenho consciência disso e, por estar nesse lugar, eu percebo a necessidade de ter um posicionamento crítico, sócio-histórico e crítico e é deste lugar que eu vou transformar”. Como eu transformo? Fazendo um projeto de inclusão com outras jornalistas, pautando editorias com a necessidade de trazer as pautas sobre violência, por exemplo, contra jovens negros, olhando os dados da população negra de uma forma diferente e ética com a atenção que merece. É um outro modo dessa interseccionalidade se manifestar. É enquanto consciência sócio-histórica e não apenas como constrangimento social, não apenas como uma barreira social, mas como uma forma

de ao me tornar consciente historicamente dessas barreiras e transformá-las em uma pauta para a mudança social. É o que eu tenho visto nestas jornalistas que estou entrevistando.

Um dos desafios da academia é alinhar pesquisa, extensão e ensino e você vem desenvolvendo o tripé com maestria, envolvendo ações interseccionais de raça, etnia e gênero, reconhecidos nacionalmente. Entre as ações destacamos sua atuação na comissão de cotas da UnB e na idealização do projeto *Cartas para o Amanhã*. Poderia contar sobre esses projetos e como os estudos interseccionais de Lélia Gonzalez contribuíram para essa construção?

Bem, o projeto *Cartas para Amanhã* surge da minha constatação estudando jornalistas negras e feministas negras brasileiras, especialmente com foco no caso do feminismo negro na obra de Lélia Gonzalez, na sua história de vida e no modo de trabalho. Porque Lélia é um mito fundador importante dentre as jornalistas negras brasileiras que têm atuação política, que têm atuação crítica. E aí chega o conceito de *vigilância comemorativa*, que é um conceito de [Pierre] Nora, e que é o conceito de tirar do esquecimento grupos ou indivíduos ou acontecimentos históricos por meio da prática de vigilância comemorativa. Por meio da comemoração, da celebração, então você cria um prêmio, você cria um blogue, você nomeia um edifício, você faz um ato comemorativo para dizer que isso (pode ser uma pessoa, pode ser acontecimento histórico, pode ser um grupo) não deve ser esquecido. Então é o conceito de vigilância comemorativa que eu trouxe de Nora e vi esse conceito aplicando-se no meu estudo em relação à memória de Lélia Gonzalez. Foi feito um grande empreendimento e meu estudo vem somar esse empreendimento que é: não devemos esquecer Lélia. Agora isso me desdobrou um outro raciocínio: por que esquecemos?

Por que nós temos sempre que lá adiante fazer uma prática de voltar para comemorar, mas a que horas que a gente esquece? A gente esquece no presente, a gente não esquece no futuro. É no presente que você deixe de prestar atenção em algo, para que lá adiante, passada meia década, nós dizemos: “nossa, deveríamos ter dado atenção a tal assunto, a tal personagem”.

Então, se a prática da vigilância comemorativa é necessária, por que nós esquecemos? O esquecimento acontece no presente, no futuro, quando vamos recuperar, é que nós vamos perceber que esquecemos enquanto sociedade. Eu falei: “Então vamos fazer, colocar na empiria da pesquisa, práticas de observação no presente, mapeamento e cartografias. Vamos dar visibilidade a essas jornalistas negras e a outras mulheres negras

de outras profissões agora para que, daqui a 50 anos, não precisem ser localizadas nessa poeira do esquecimento histórico. Elas já estarão visibilizadas”.

E daí surgiram duas iniciativas, como subprojetos, esse grande projeto integrado. Uma foi viabilizada por um edital da Editora UnB pelos 60 anos da UnB e da editora. Um edital público e aberto, com tudo que uma editora grande faz. E eu convidei a professora Deborah Santos, uma colega e amiga, para inscrevermos a proposta que eu tinha formulado. E ela me ajudou a finalizar a proposta para colocarmos as histórias das mulheres cotistas negras da UnB. Algumas jornalistas, mas não só jornalistas. Temos no livro advogadas, biotecnólogas, cientistas sociais etc. Então nós propusemos ao edital uma obra no sentido de evitar o esquecimento, o silenciamento. E trouxemos depoimentos de mulheres negras cotistas na construção da Universidade de Brasília.

O livro chama-se *Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB*. Ele está disponível para download gratuito³ no site da editora UnB e ele vai nessa plataforma de dar visibilidade enquanto os fenômenos ocorrem. É um papel da pesquisa também dar visibilidade naquela perspectiva que falamos anteriormente de fazer nucleações na periferia das temáticas *mainstream*. E essas nucleações tornam-se novas centralidades. Então nós esperamos que esse livro inaugure uma nova centralidade que é: vamos registrar as histórias das mulheres cotistas negras não só na UnB, mas no Brasil. Vamos registrar as histórias das mulheres cotistas negras jornalistas também, que é a minha temática principal de estudo, mas não só. Tornará uma nova centralidade, registrar as histórias das mulheres cotistas negras do Brasil? Só o tempo dirá, porque depende da adesão de outras pesquisadoras e pesquisadores, porque uma andorinha sozinha não faz verão. Portanto, uma jornalista, uma pesquisadora sozinha negra que sou eu, não farei verão. Nós procuramos propor, inovar e mostrar que há possibilidade por esse caminho, que há possibilidade de surgir uma nova centralidade, por exemplo, observar as histórias das mulheres negras jornalistas no Brasil. Conseguiremos daqui a uma década ter muitos estudos sobre jornalistas negras no Brasil?

Somente os estudos que eu realizo, organizo e coordeno, que são muitos, mas não são suficientes. É necessário formarmos núcleos em várias universidades e territórios brasileiros em várias dimensões. Ensino, pesquisa, extensão, iniciação científica, graduação, pós-graduação, pós-doc. Agora eu estou com a perspectiva de dois pós-doc

³ Disponível em: <https://bit.ly/4axdaqw>.

previstos para 2024 sobre jornalistas negras. Mas convido, precisamos ter mais grupos, mais redes integradas, trabalhando essa temática.

Nessa perspectiva de trabalhar a pesquisa aplicada no presente para evitar o quanto for possível o esquecimento das mulheres negras brasileiras, jornalistas ou não jornalistas no futuro, eu criei e coordeno um outro projeto que é o projeto *Cartas para o Amanhã*⁴. Este projeto é essencialmente de ensino, pesquisa e extensão, no qual as estudantes e os estudantes de graduação têm um forte protagonismo por ser de extensão. Nós estamos escrevendo cartas para o amanhã, o que é isso? É um projeto que também nasceu no marco dos 60 anos da Universidade de Brasília. Tem o Instagram, tem vídeos também já prontos e publicados, tem cartas publicadas. E nesse projeto, nós convidamos pessoas da comunidade em geral — da comunidade universitária e da comunidade não universitária, para escrever cartas destinadas às mulheres negras, indígenas e quilombolas, em caso de negras brasileiras ou internacionais, porque a UnB recebe muitas estudantes de países africanos, principalmente de língua portuguesa ou novas estudantes negras brasileiras sejam de origem urbana ou origem quilombola, ou de origem indígena após o primeiro ano dos 60 anos da UnB. E as cartas dizem o que é a UnB, mas a narrativa é livre.

Muitas cartas começam assim: “Querida pretinha, você não me conhece, mas eu sou uma estudante da UnB, segundo o semestre, ou formanda, ou sou negro ou não sou negra. A UnB é um lugar de transformação, a UnB é um lugar de construção, nós temos aqui uma política de cotas. O Brasil passa por um momento X, Y ou Z... Nós temos aqui legislações protetivas...” e cita, inclusive, a Lei Maria da Penha em algumas cartas. “Nós temos um movimento negro estudantil, venha para a UnB. Eu espero que você chegue aqui, não sei em que momento você vai ler essa carta, pós 60 anos, mas eu desejo que você se realize na UnB, que você seja feliz, crie seus grupos de amigos, também seja uma voz crítica em relação a tudo que precisa ser transformado, etc.”.

E a maioria das cartas coloca a UnB como um lugar que te pertence. A UnB é um lugar que você tem direito de pertencer. A UnB é um lugar que você pode transformar e você pode fazer da UnB um lugar seu. Então as cartas falam muito de esperança, falam muito de resistência, e de pontos críticos também, mas essencialmente de esperança, de quanto que uma universidade é e pode ser um lugar de acolhimento e pertencimento. Ainda

⁴ Informações sobre o projeto *Cartas para o Amanhã* estão disponíveis na página do Instagram: https://www.instagram.com/_cartasparaoamanha/

estamos recebendo cartas, está aberto para cartas até final de 2023. Depois será transformado em um livro com todas as cartas e o nosso público são os próximos 60 anos de mulheres negras, indígenas e quilombolas, que venham para a Universidade de Brasília.

É uma outra forma de combater o esquecimento, porque uma mulher negra ou indígena ou quilombola que chegar e vier a ser aluna na UnB em 2073, por exemplo, daqui a 50 anos, a maioria dessas mulheres ainda nem nasceu, porque a maior parte que chega na UnB está entre 18 e 25 anos, portanto ainda não nasceu em 2023 e chegará aqui em 2073. Quem estão vivos são os pais e mães delas, que já nasceram. Mas nós já não nos esquecemos delas, já estamos falando com elas. É uma abordagem filosófica de dizer: “Você ainda não nasceu, mas eu já vejo você, nova e futura estudante negra, indígena e quilombola da UnB. Portanto eu não irei me esquecer de você. Eu, não eu, professora Dione Moura, mas eu qualquer uma das pessoas remetentes dessas cartas já não estamos nos esquecendo de uma jovem que ainda não nasceu”. É uma outra forma de nós evitarmos o esquecimento.

E a pesquisa, desde que entenda que tem um compromisso ético com os fenômenos sociais, ela pode promover reflexões mais aprofundadas, menos acomodadas. O que seria acomodação, as jornalistas negras e brasileiras não são conhecidas. Ponto final. A pesquisa pode se colocar em um posicionamento de práxis e dizer: “Então vamos falar quem são as jornalistas negras e brasileiras, vamos descrevê-las. Vamos contar suas histórias, vamos falar quem são as mulheres negras cotistas que estão construindo a UnB”, ao invés de apenas dizer que não temos visibilidade. Temos uma geração de pesquisadores profissionais negras no Brasil, formadas no sistema de cotas, e ninguém conta a história delas e também não irei silenciar. Não, ninguém conta a história delas e o nosso projeto de pesquisa pretende fazer e estamos fazendo. Uma pesquisa comprometida com a práxis ética.

Fica o convite a nossas leitoras e leitores para acessarem esses materiais e dialogarem, darem *feedback* e somarem nessa rede que estamos propondo como novas centralidades e temas de pesquisa que tem sido colocado na periferia epistemológica. Tudo tem seu momento, tudo tem seu objetivo histórico e tem seu objetivo sócio-histórico também e propomos inaugurar novas centralidades.

Referências

MOURA, D. O.; COSTA, H. M. R. da. Mulheres jornalistas e o “teto de vidro gênero/raça/classe” a tensionar a carreira das jornalistas negras brasileiras. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 193-207.

MOURA, D. O.; SANTOS, D. S. **Vá no seu tempo e vá até o final: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB**. Brasília: Editora UnB, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4axdagw>. Acesso: 20 dez. 2023.

MOURA, D. O. 20 anos de SBPJor e 20 anos de cotas UnB: uma trajetória afrocentrada em defesa do jornalismo de qualidade e da inclusão. In: BACCIN, A. [et. al.]. Entre crises e (re)construções: a pesquisa em jornalismo 20 anos depois. Brasília, DF: SBPJor, 2023. p. 29-37. Disponível em: <https://bit.ly/41yR8px>. Acesso: 20 dez. 2023.